

escola i informação

N.º 309 | SET/OUT 2024 | MENSAL | 0,50€

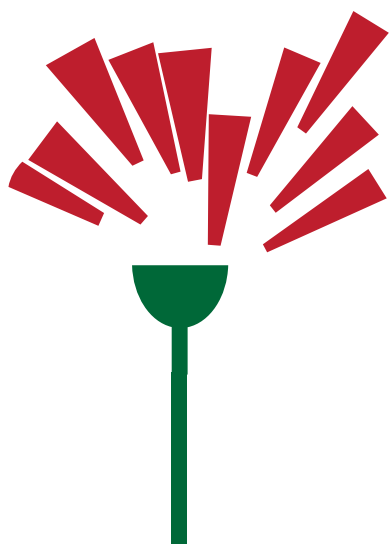
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



O FUTURO DA PROFISSÃO E DA ESCOLA
PÚBLICA ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS
PAG. 4

CARACTERIZAÇÃO
DAS ESCOLAS
Pág. 14

QUINZENA DE PLENÁRIOS: COM OS
PROFESSORES E A EDUCAÇÃO NA AGENDA
Pag. 20



CONFERÊNCIA

Educação e a Transferência de Competências para as Autarquias

31 outubro
14h30 | Lisboa
Auditório da Escola
Secundária Rainha Dona
Leonor

Oradores:

Jorge Gonçalves

Vice-Presidente do SPGL

João Jaime

Diretor da Escola Secundária Camões

Carla Guerreiro

Vereadora da Câmara Municipal
de Setúbal

Justificação de faltas ao abrigo
da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

sumário

4

caderno

O futuro da profissão e da Escola Pública
está nas nossas mãos | **p. 4**

Entrevista a José F. Costa | **p. 5**

Plano +Aulas + Sucesso / Formação Inicial | **p. 8**

Revisão do Estatuto da Carreira Docente | **p. 9**

Revisão do Modelo de Gestão / Estatuto do Diretor | **p.10**

Revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica | **p.11**

13

escola
em movimento

Greve ao Sobretrabalho, Horas Extraordinárias e CNL | **p. 13**

Caracterização das escolas | **p. 14**

CGA - Defesa de um direito | **p. 16**

Consultório Jurídico | **p. 17**

Quinzena de Plenários | **p. 20**

Novo Contrato Coletivo de Trabalho | **p. 22**

6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação | **p. 23**

E se fosse eu? Educação multicultural é reconhecer
e valorizar a diversidade | **p. 24**

Ato público em defesa do SNS | **p. 26**

Manifestação "Casa para viver" | **p. 27**

28

ciudadania

A voz a quem entra | **p. 28**

PRC 2025 e Manifestação da Administração Pública | **p. 29**

Palestina Livre! Paz no Médio Oriente | **p. 30**

Opinião - Educação para a Paz | **p. 31**

32

breves

Vários | **p. 32-33**

Espaço ABC | **p. 34**

Sugestão | **p. 35**



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra
Conselho de Redação Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula
Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, Tiago Dias, António
Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lúcia
Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha
Capa: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lúcia Calapez
Impressão Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos
Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128
Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.500
Depósito legal 9157/85 **ICS** 109893

Capa | Concentração / Desfile do Dia Mundial do Professor
(FENPROF), Lisboa, 5 de outubro de 2024



A luta pela valorização da profissão irá continuar, dessa premissa não abdicamos

Uma saudação neste início de ano letivo que já começou, marcado pela falta de professores, ao qual se juntam todos os outros problemas que a Escola vive, fruto de um crônico subfinanciamento a que sucessivos governos teimam em não dar resposta. A falta de salas de aula, o excessivo número de alunos por turma em muitas escolas, as condições dos edifícios, a inexistência de trabalhadores não docentes em número suficiente, enfim o rol é, infelizmente, grande. No que à falta de docentes diz respeito, as medidas apresentadas, além de não darem resposta, como, aliás, foi dito na altura e se vai confirmando, estão já a dar origem a outro tipo de problemas. O apoio à deslocação apenas nas escolas carenciadas, cujos valores são baixos e que, pelo facto de não se considerar o problema da falta de professores um problema nacional, só vai beneficiar um universo limitado de docentes. Também a sobrecarga de horas extraordinárias, agravando outro problema que se vai arrastando e não tem merecido solução, que são as condições de trabalho impostas por horários que ultrapassam largamente as 35 horas legalmente fixadas. O discurso do ministro sobre a importância da valorização da carreira docente, muito focado na re-

cuperação do tempo de serviço congelado, que é, recorde-se, resultado da luta dos professores, não é depois congruente com a prática. Veja-se a recente legislação aprovada na Assembleia da República que expulsa cerca de 9 mil docentes da Caixa Geral de Aposentações que a ela têm direito, conforme confirmam as mais cinco centenas de sentenças favoráveis nos tribunais. A manutenção da desumana legislação sobre a MpD que coloca em causa a indispensável proteção de professores e educadores com doenças incapacitantes ou que apoiam familiares diretos nessas condições. Mantém-se, igualmente, o desinteresse e a inação que comprometem claramente a administração educativa com práticas que desrespeitam os limites legais dos horários de trabalho.

Em outubro começa o processo negocial das medidas estruturais, a revisão do Estatuto da Carreira Docente e aí irão conhecer-se as intenções dos responsáveis pelo MECI, se é mesmo valorizar a profissão e ultrapassar o grave problema da falta de professores ou não. A revisão do ECD vai, com certeza, merecer por parte dos professores e dos educadores um acompanhamento e um envolvimento muito próximos.

Por tudo isto, no Dia Mundial do Professor, reafirmamos que a luta pela valorização da profissão irá continuar, dessa premissa não abdicamos.●



Alerta

O futuro da profissão e da Escola Pública está nas nossas mãos

Volvidos mais de 6 meses após a tomada de posse do Governo da AD (PSD-CDS) e num momento em que inúmeros docentes estão confrontados com mais um arranque de ano letivo em que é pedido aos professores e educadores no ativo o impossível, estão anunciados e/ou em curso “processos negociais” que podem transfigurar a carreira docente e a Escola Pública. Matérias como a Formação Inicial, o Estatuto da Carreira Docente e a Revisão do Modelo de Gestão exigem especial atenção e a decidida intervenção de professores e educadores, desde logo considerando a trajetória dos últimos anos, as intenções manifestadas no Programa de Governo e a forma como o atual MECI tem conduzido processos negociais que desrespeitam princípios básicos de Democracia. Também o Ensino Superior, a Investigação e a Ciência enfrentam graves constrangimentos e exigem medidas efetivas de valorização. Para este e outros desígnios urge inverter o ciclo de Orçamentos do Estado que invariavelmente contrariam as recomendações de organizações internacionais que recomendam financiamentos da ordem dos 6% do PIB para a Educação e 3% para a Ciência. Lutaremos pela valorização de professores, educadores e investigadores, pela Escola Pública, forjada em Abril, pela Educação, pela Ciência! ●



Entrevista a José F. Costa

São precisas medidas estruturais

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

No início deste ano escolar, entrevistámos **José Feliciano Costa**, presidente do SPGL. Nas respostas às perguntas apresentadas, faz uma síntese das principais questões que se colocam aos professores e salienta a necessidade do seu envolvimento e luta.

Estamos no início do ano escolar, quais as questões que queres destacar?

Destacava a falta de professores e as medidas que o Governo tem vindo a tomar que, a nosso ver, não resolveram o problema.

Nós também percebemos que as coisas não se resolvem de um dia para o outro. São precisas medidas estruturais. E estas são conjunturais. Mas, mesmo assim, podiam ir mais longe. Para além de que criam desigualdades. Refiro-me, por exemplo, ao subsídio de deslocação.

Isso leva-nos à questão central, que é o problema da falta de professores. Um problema que se

vem arrastando, e para o qual há anos nós vimos a alertar. Que está muito ligado à desvalorização da carreira. Para já, estas medidas parecem-nos muito insuficientes. O Ministro diz que faltam as medidas estruturais. Nós, em outubro, vamos ter o início do processo da revisão do Estatuto de Carreira Docente.

Que outras questões se colocam nas escolas?

Há alguns problemas que se vão arrastando ao longo de anos. A falta de assistentes operacionais, a falta de técnicos, de psicólogos, que permitam uma melhor inclusão dos jovens, nomeadamente dos imigrantes. As escolas continuam a ter edifícios degradados. E algumas abandonaram projetos digitais por falta de condições.

Divulgámos recentemente um inquérito que tem uma expressão significativa. Dos 800 e tal agrupamentos de escolas, por todo o país, conseguimos 405 ou 406 respostas. Perto de metade dos direto-

res disseram que existia falta de assistentes operacionais nessas escolas. Acresce que não lhes é dada a formação necessária. Há também falta de animadores socioculturais, psicólogos, etc. O número de alunos por turma tem aumentado, tal como o de alunos imigrantes.

Há ainda um défice de docentes do Português Língua Não Materna. Ao que se associa a falta de formação dos próprios professores. Nesse sentido, temos propostas. E uma delas é criar um grupo de recrutamento de Português Língua Não Materna.

Os problemas sentidos em Portugal têm também uma dimensão internacional. Quais as propostas da ONU e outras organizações internacionais?

A ONU fala em três tópicos. Primeiro, a importância da valorização da carreira. Depois, a importância de envolver as estruturas sindicais nesta discussão, na resolução destes problemas. E, ainda, a questão central, que é o financiamento da educação. Tanto a ONU, como a UNESCO, como a Internacional de Educação consideram, claramente, que os Estados deverão disponibilizar 6% do PIB para a Educação.

O processo negocial da revisão do ECD vai iniciar-se agora. Quais os principais aspetos que estão em causa?

Antes do mais, estamos a chamar a atenção dos professores para se envolverem neste debate, pois este é um documento estruturante para a vida dos professores.

Destaco a estrutura da carreira, os horários de trabalho e a questão da aposentação.

De cada um destes três tópicos, começaria por abordar a estrutura da carreira. Uma menor duração entre a base e o topo, comprimindo o tempo de duração. Uma avaliação sem cotas e sem a burocratização que tem. Entendemos que o processo de avaliação deve ser formativo e não punitivo. Neste momento temos uma avaliação punitiva, uma avaliação feita para ir travando os professores e para ir impedindo a progressão na carreira.

Outra questão, ainda na estrutura da carreira, é recuperar o tempo de serviço perdido em transições de carreiras. Nas ilhas isso já começou a ser feito.

Depois, os horários de trabalho. E essa, é para nós, uma questão central. Cumprir a legalidade dos horários de trabalho. Temos um estudo que diz que os professores trabalham, em média, mais de 54, 55 horas semanais. Há a componente letiva, que é fixa. Mas, depois, há tudo o resto. A componente





não letiva de estabelecimento, a componente de trabalho individual (que não pode ser controlado). Para o tempo que se passa nas escolas tem que haver orientações claras.

A aposentação é também uma das questões centrais. Nós defendemos um regime específico de aposentação para os professores. Nomeadamente com os 36 anos de serviço, admitindo começar de imediato com 40 anos e depois ir baixando. E a possibilidade da aposentação antecipada sem penalização. E, ainda, a possibilidade da pré-reforma, que já foi considerada, nos termos da lei, mas que não está a ser aplicada aos professores.

O que se anuncia já com a revisão do modelo de gestão?

A ideia que nós temos, e fomos ouvindo até da boca do Sr. Ministro, é que há uma proposta para um estatuto de diretor, que é criar uma carreira específica de diretor. No nosso entender, isso abriria a porta para que os diretores das escolas deixassem de ser professores e passassem a ser, enfim, gestores.

Em relação à gestão, nós entendemos que esta deve ser um processo democrático. Que o órgão de gestão deve ser um órgão colegial eleito por toda a comunidade educativa. Que as estruturas intermédias deverão ser eleitas pelos professores. E que

o conselho pedagógico, o coração da escola, onde se tomam as decisões referentes à pedagogia, possa voltar a ser um órgão de decisão e não um órgão de consulta, como agora é.

Ainda em relação à gestão, aproveitámos os plenários que, entretanto, decorreram, para lançar um inquérito sobre a gestão democrática. A ideia é ouvir a opinião dos professores e, quando for das negociações, ter o respaldo de milhares de inquéritos.

Digitalização na Educação – situação atual. O debate em torno dos prós e contras. Queres comentar?

Claro que vivemos na era das novas tecnologias e das oportunidades que estas nos oferecem. Nos últimos anos cada vez mais investigadores se debruçam sobre o impacto da digitalização nas práticas de leitura, das vantagens e desvantagens, e da importância de refletir sobre as reais implicações destes dispositivos tecnológicos.

Tenho a ideia que começa a ser cada vez mais consensual o uso da moderação, no sentido de fazer o melhor uso do digital, mas sem perder os benefícios do tradicional. Aconselho a leitura de um documento, muito interessante, que resulta das principais conclusões de quatro anos de investigação e de discussão sobre este assunto, a Declaração de Stavanger.●

Plano +Aulas +Sucesso / Formação Inicial

Falta de professores exige medidas de valorização da profissão e da Escola Pública



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

Se o próprio MECI assume que o “Plano +Aulas +Sucesso” não é solução para o problema de fundo da falta de professores, fica, no entanto, a dúvida se contribui sequer para o mitigar de forma conjuntural. Desde logo, porque se exige que vá à causa do problema e se coloque à cabeça o “+professores”, em vez de se fingir que se resolve com mais horas extraordinárias aos que já estão com sobretrabalho ou chamando aposentados, que já contribuíram durante muitos e largos anos e gozam do devido direito à aposentação. Este plano não acerta nem no foco, nem no alcance das medidas. Desde logo, porque assume apenas como objetivo atrair novamente para a profissão 500 (3,4%), dos mais de 14.500 professores qualificados que abandonaram a profissão só nos últimos 6 anos. Mas também porque não criou incentivos na habitação e na deslocação para todos os professores, garantindo as condições para o exercício da profissão onde é necessário, conseguindo responder às despesas para tal e ao aumento do custo de vida.

Por outro lado, este plano falha novamente o foco através do aumento das horas extraordinárias, até dez horas nas escolas ditas carenciadas (ainda que com concordância expressa do professor), na eventual manutenção na profissão de aposentáveis e no regresso de aposentados à atividade letiva. Medidas com pouco alcance, conjunturais e nalguns casos com potencial de agravar o problema, ao contribuir para a falta de atratividade da profissão docente e desvalorização da Escola Pública.

Fica não só a dúvida legítima sobre a eficácia das medidas conjunturais para responder hoje ao problema da falta de professores, mas mais ainda quando cerca de 6 mil educadores e professores estarão em condições de se aposentar durante este ano letivo e que serão mais de 30 mil, até 2030. Mais uma vez, não resolve o problema que existe hoje e muito menos acautela o futuro.

E também **não é desqualificando os requisitos para habilitação profissional que será o caminho para a resolução da falta de professores, nem a qualidade que se justifica face às exigências da Escola de hoje.** Importa desde logo garantir que os mais de 3 mil colegas com habilitação própria, conseguem realizar a sua profissionalização e integração na carreira.

Por isso, considera o SPGL/FENPROF que só com medidas de valorização da profissão, da carreira docente e da Escola Pública, é possível garantir a atratividade da profissão. Para tal, deverá incluir a eliminação da precariedade, com horários e condições de trabalho justos, a recuperação integral do tempo de serviço dos professores, o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões para todos e um regime de aposentação adequado às especificidades da profissão.

Em resumo, **respeitar e valorizar os do presente, recuperar os que abandonaram e atrair novos professores para garantir o futuro.** E assim contribuir para a necessária valorização dos que garantem todos os dias o direito constitucional ao acesso e sucesso educativo, investindo na Escola Pública, enquanto conquista de Abril! ●

Exige-se uma negociação séria



António Anes | Vice-Presidente SPGL

O MECI pretende rever o ECD e propôs uma primeira reunião para o dia 21 de outubro. Importa desde já esclarecer que a **FENPROF exigirá uma verdadeira negociação que inverta a postura que o MECI tem seguido nas últimas reuniões de negociação** sobre outras matérias, que mais não se tratou de um simulacro de negociação. Num processo negocial sério exigem-se, antes de qualquer reunião, o envio de propostas concretas a negociar às quais a FENPROF contraproporá as suas. Dito isto interessa perguntar: o que se pretende com a revisão do ECD? Se for no sentido necessário e que a profissão exige para ultrapassar o grave problema da falta de professores - a sua valorização, acompanharemos essa intenção dos responsáveis do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

Mas **o ECD não tem, apenas, a ver com a carreira e a sua estrutura. Tem a ver com muitos outros aspetos que os professores querem ver melhorados e esclarecidos.** Exemplifico de uma maneira muito sumária: os direitos e deveres dos profissionais; os horários de trabalho e, de uma vez por todas, a clarificação sobre o que é da componente letiva e da não letiva e, nesta, o que é trabalho individual ou de estabelecimento; a avaliação do desempenho docente; o regime de aposentação que deverá ser específico, atendendo à natureza da profissão e ao desgaste a que os profissionais estão sujeitos; os princípios gerais da formação de professores e os requisitos para acesso à profissão; o ingresso nos quadros e a natureza de cada um deles; as modalidades de mobilidade; o regime de faltas, férias e licenças, entre outros aspetos que definem a profissão de professor / educador.

A revisão do ECD deverá também servir para acabar com as injustíssimas ultrapassagens na carreira verificadas em 2018. Nesse sentido, a FENPROF não deverá tolerar que a transição para a nova carreira sirva, como no passado, para roubar

tempo aos professores. Exigirá que o critério a adotar seja o da contagem integral do tempo de serviço, de forma que cada um seja posicionado no escalão correto da carreira. É o que se espera de um ministério que tanto tem criticado a atual situação de carreira dos docentes. **Será altura de provar se às palavras correspondem os necessários atos.**

«Exige-se uma negociação séria onde melhorar, valorizar e clarificar sejam os seus desígnios»

Não se tolerará que numa nova estrutura de carreira se perca tempo de serviço e que os professores que não puderam recuperar o tempo de serviço roubado, possam finalmente ser compensados. Não se tolerará também a manutenção das vagas para os escalões intermédios bem como das quotas na avaliação.

O atual ECD, mesmo muito descaracterizado, entre outros momentos, na revisão efetuada no tempo de M^a Lurdes Rodrigues que o piorou muito significativamente, introduzindo alguns dos aspetos mais negativos que referi acima, constitui, ainda assim, a trave mestra da profissão docente. A sua revisão deverá merecer dos professores e dos educadores um acompanhamento muito próximo e um envolvimento total na construção de propostas, no traçar de “linhas vermelhas” e, sempre que necessário, na luta em defesa das propostas que considerem justas e contra uma eventual descaracterização, ainda maior, da profissão que escolheram.

Melhorar, valorizar e clarificar. Sim. Piorar, desvalorizar e confundir. Não. ●

Revisão do modelo de Gestão / Estatuto do Diretor

Docentes reafirmam o seu compromisso com a defesa de uma gestão democrática



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

A figura do Diretor ganhou relevância na gestão escolar desde a implementação do Decreto-Lei n.º 75/2008, que alterou o modelo de gestão e administração escolar. O Diretor passou a ser o principal responsável pela organização, gestão pedagógica, administrativa e financeira da escola, conferindo-lhe maior poder.

O SPGL e a FENPROF sempre criticaram o atual modelo de gestão escolar, que adota uma abordagem similar à prática empresarial – um líder, uma equipa, um projeto, concentrando poder na figura do Diretor.

Este modelo é apontado como um dos principais fatores que contribuem para o desgaste profissional e emocional dos docentes, ao lado de questões como burocracia e indisciplina. Este mal-estar foi sentido no último concurso interno, onde muitos tentaram uma aproximação à residência, mas onde outros tantos mudaram de escola por questões relacionadas com a organização e o modelo de gestão, batendo números recorde de mobilidade de professores entre as escolas.

O Diretor possui uma ampla gama de poderes, incluindo nomeações de subdiretores, adjuntos, assessores, coordenadores e professores contratados, além de presidir ao conselho pedagógico e administrativo. **Esta acumulação de poder tem gerado abusos, por parte de alguns, e um ambiente de descontentamento entre os professores.**

A autonomia, tão defendida no discurso, corre o risco de ser esvaziada por uma **gestão cada vez mais tecnocrática, com menos envolvimento dos docentes e das comunidades educativas nas escolhas estratégicas.** No entanto, é importante recordar que uma verdadeira autonomia deve ser

acompanhada por uma gestão colaborativa e partilhada, onde os professores, enquanto atores centrais do processo educativo, tenham voz ativa nas decisões e nas escolhas dos seus representantes.

O SPGL e a FENPROF defendem o retorno a um modelo de gestão democrática, onde os órgãos de direção sejam eleitos pelos seus pares e o funcionamento seja colegial, com a participação da comunidade escolar nas decisões. Esta abordagem contraria as propostas do governo atual, que visam profissionalizar a gestão escolar e reduzir a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas, designadamente através da transferência de responsabilidades para as autarquias.

Para enfrentar estas questões, a FENPROF está a preparar um conjunto de iniciativas, incluindo uma consulta aos professores, a divulgação das suas posições sobre a gestão escolar e a promoção da participação na discussão das políticas educativas. Os professores e educadores reafirmam o seu compromisso com a defesa de uma gestão escolar democrática. Só assim será possível construir uma escola mais justa, inclusiva e verdadeiramente democrática.●

Participa!

INQUÉRITO

AUTONOMIA
E GESTÃO
DAS ESCOLAS



dados.fenprof.pt/index.php/324?newtest=Y

O estranho processo de “revisão” e a Manifestação Nacional de Investigadores

João Cruz | Dirigente SPGL - DESI

Em Julho de 2024 o novo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI, o ministério do Governo AD que iniciou funções em Abril) apresentou à FENPROF um novo projeto de ECIC (Estatuto da Carreira de Investigação Científica) desta vez da lavra do próprio MECI com base no documento que fora votado no Conselho de Ministros do PS três meses antes. Em Junho e Julho o MECI reuniu com a FENPROF duas vezes para discutir o seu projeto.

A mais recente versão do projeto ECIC do MECI foi enviada para a FENPROF a 21/07/2024 (domingo) e a reunião ocorreu no dia 24/07/2024 (quarta-feira). Dada a curteza deste intervalo, na reunião, a FENPROF apresentou oralmente a sua posição relativa ao documento escrito, bem como as suas propostas para o aperfeiçoar. O parecer escrito e detalhado da FENPROF foi remetido para o MECI alguns dias depois da reunião.

Esta versão do projeto de ECIC do MECI já inclui alguns avanços no sentido do que a FENPROF pugna, mas ao mesmo tempo ainda mantém extensos segmentos de articulado que são gravemente prejudiciais tanto para os trabalhadores que se encontram contratados como para os que vierem a ser contratados no futuro. **A FENPROF afirmou que é impreterível usar-se o espaço negocial para se corrigir o projeto e, com essa correção, conseguir condições laborais minimamente justas para os Investigadores.**

Merece especial atenção o facto deste projeto continuar a não incluir um Regime Transitório que permita, efetivamente, integrar na carreira os investigadores que já acumulam muitos contratos precários. Este é um dos problemas maiores do

Sistema Científico e Tecnológico Nacional e que fica intocado pela nova versão do projeto. Dada a gravidade da lacuna, a FENPROF comprometeu-se em apresentar uma proposta de estrutura de articulado capaz de sanar aquela lacuna e incluiu-a, sob a forma de Termos de Referência para um Regime Transitório, no parecer que lavrou.

Houve oportunidade de deixar claro que existem ainda outros aspetos do projeto de ECIC que precisam de ser revistos, tais como:

- i) a consagração do regime da dedicação exclusiva como regime-regra da contratação inicial para os investigadores (que o projeto não assegura);
- ii) a revisão do mecanismo de avaliação do desempenho dos investigadores (que no projeto replica o que de mal acontece nos estatutos de carreira dos docentes das Universidades e Politécnicos);
- iii) a necessidade de sanar o inextricável requisito de as progressões obrigatórias só acontecerem se existir menção máxima na avaliação individual durante seis anos consecutivos.

Para além destes componentes prejudiciais, o projeto continua a propor uma norma grave que obriga os investigadores a lecionar aulas em Universidades e Politécnicos até ao limite de 4 horas por semana. Na prática esta norma equivale a forçá-los a executar trabalho letivo que é a atribuição dos professores daquelas instituições. Além de conflitar, a obrigatoriedade rasga a exclusividade da dedicação à investigação que é uma das garantias elementares da qualidade e da profundidade do trabalho científico. **A FENPROF apenas concede que os investigadores possam lecionar aulas se tal for voluntário e facultativo, se tal não perturbar as condições laborais necessárias ao desenvolvi-**

mento do trabalho científico e se as aulas estivessem diretamente relacionadas com a investigação por eles desenvolvida. O trabalho forçado dos investigadores, ou o seu desvio para funções vizinhas, não pode ser uma via para disfarçar (e nunca resolver) a insuficiência de pessoal docente que é evidente nas Universidades e Politécnicos. As propostas da FENPROF para aperfeiçoar o projeto foram entregues por escrito ao MECI em Agosto. O mês de Setembro passou inteiro sem notícias de qualquer avanço no Ministério. No iní-

cio de Outubro a FENPROF pediu, por escrito, a continuação do processo. Agora é urgente os Investigadores e os Docentes do Ensino Superior expressarem, ao vivo, as suas reais necessidades. Necessidades facilmente atendíveis, sublinhe-se. A FENPROF programou uma Manifestação Nacional de Investigadores, em Lisboa, para 23 de Outubro. Divulga e participa. É preciso que todos compareçam. ●



Artigo completo

Noite Europeia dos Investigadores 2024



Na edição deste ano da Noite Europeia dos Investigadores (NEI), realizada no dia 27 de setembro com o mote «Ciência Para os Desafios Globais», nos locais onde se realizaram mostras de ciência para o público, os trabalhadores científicos, com as mais variadas tipologias de vínculos precários, realizaram uma ação de sensibilização contra a precariedade na ciência e «pela integração nas carreiras», dirigida aos visitantes, com o simbólico subtítulo «acabar com a precariedade também é um desafio global». Em Lisboa, a ação teve lugar no Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Mais uma vez se procurou informar os visitantes, que na sua maioria desconheciam a crónica e gravíssima precariedade que se vive no setor, sobre a justiça desta luta dos trabalhadores científicos e como o Governo e o Ministro, Fernando Alexandre, ignoram as legítimas reivindicações dos trabalhadores do setor e as necessidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), bem como da própria sociedade. Em 5 meses de governo, o MECI limitou-se a prosseguir com o programa FCT-Tenure iniciado pelo governo anterior e a dar início à revisão dos Estatutos da Carreira de Investigação Científica e dos Bolséis de Investigação, não dando qualquer resposta efetiva aos problemas dos investigadores.●



Greve ao Sobretrabalho, Horas Extraordinárias e CNL

Dizer basta às ilegalidades, respeitar o trabalho dos Professores!



Silvia Timóteo | Dirigente SPGL

A FENPROF retomou, no início deste ano letivo, a Greve ao Sobretrabalho, Horas Extraordinárias e Componente Não Letiva de Estabelecimento, como forma de combater as constantes e contínuas ilegalidades nos horários de trabalho e a sobrecarga a que professores e educadores estão sujeitos.



Esta greve, que se mantém, infelizmente (por falta de resposta da tutela), há vários anos, é uma forma de luta contra as políticas dos sucessivos Ministros da Educação que teimam em desrespeitar o horário dos professores e que a dramática falta de docentes veio acentuar. **A última decisão do MECI em aumentar o serviço extraordinário para 10 horas é, aliás, um exemplo dessas medidas que ignoram o grau de exaustão a que diariamente os professores estão sujeitos e que, ano após ano, veem aumentar.**

O último Inquérito Nacional realizado pela FENPROF (2023) sobre Horários e Condições de Trabalho, ao qual responderam milhares de docentes do 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (mas cujos resultados nos permitem fazer uma extrapolação para os restantes níveis de ensino) é, aliás, revelador desse estado de fadiga

com que a classe docente se debate. Os resultados apresentados confirmam que o tempo semanalmente despendido pelos professores na sua atividade profissional ultrapassa largamente as 35 horas estabelecidas por lei, atingindo em média as 50 horas e 15 minutos e confirmam o agravar da situação desde o último estudo de 2017.

Contra a imposição de horas extraordinárias por parte de algumas Direções, a reposição forçada de horas de formação (Cursos Profissionais) nas interrupções letivas ou para lá do horário letivo semanal, a realização de reuniões não assinaladas no horário (CNLE) ou as que ultrapassem o número de horas semanais destinadas ao efeito, as reuniões de avaliação intercalar (sem que haja interrupção das atividades letivas), e contra outros abusos e ilegalidades... a única solução é a Greve.

Colega, informa-te junto do SPGL ou do dirigente/delegado sindical da tua escola acerca das atividades abrangidas pelos pré-avisos. ●



Pré-avisos

Estabelecimentos, alunos, docentes e não docentes

Caracterização das escolas



Paula Rodrigues | Dirigente SPGL

Setembro e outubro são para a maior parte de nós sinónimo de recomeço, de um novo ciclo, com curiosidade e esperança, mas também alguma ansiedade. Todos recordamos o início da nossa vida escolar ou de um ou mais anos letivos em particular. Iniciado o ano letivo, que escola encontramos? Quem constitui a comunidade educativa?

Como sindicato que somos, importa sempre ter em mente estes dados para identificarmos os pontos mais problemáticos e estabelecermos os nossos objetivos e estratégia de luta.

Embora seja fundamental a caracterização do parque escolar e dos recursos materiais disponíveis, claramente insuficientes e em mau estado de manutenção na maior parte das escolas, optamos por uma breve caracterização da Escola, centrando-nos nos alunos e trabalhadores docentes e não docentes, a partir dos dados disponibilizados na página de internet da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), que o organismo denominou “Educação em Números”. Esta informação, embora espelhe uma ínfima parte da vivência nas escolas, permite-nos uma visão mais geral de

quem somos e onde estudamos ou trabalhamos.

Na última década, de 2013 a 2023, verificou-se uma **redução muito significativa no número de estabelecimentos escolares: passámos de 9348 para 8136 (menos 1212)**, sobretudo no público (menos 1085) [gráfico 1], o que estará associado à redução da natalidade, mas também à desertificação do interior e à continuação de uma política de encerramento de escolas e de centralização de alunos e recursos humanos em grandes estabelecimentos, em detrimento de critérios pedagógicos e sociais.

O número de alunos tem vindo a diminuir dramaticamente nas últimas décadas. De 1 708 083 alunos, em 2013, passámos para 1 605 438, em 2023, isto é, menos 102 645 alunos. No entanto, desde 2019, regista-se uma subida em praticamente todos os ciclos, o se deve relacionar com o au-

GRÁFICO 1



GRÁFICO 2



mento da imigração, embora os dados disponíveis neste estudo da DGEEC sejam omissos relativamente a este assunto. Esta tendência é sentida pelos professores no terreno e, **nos últimos meses, têm também vindo a público denúncias de situações de crianças e jovens que não estão a estudar por falta de vaga nas escolas da sua área de residência.**

O gráfico 2 corresponde à distribuição dos alunos de acordo com os ciclos no ensino básico.

No ensino secundário, o alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos ou o 12.º ano de escolaridade contribuiu para o aumento do número de alunos, conforme é bem visível no gráfico 3.

Neste ciclo de ensino, verifica-se um maior número de alunos no ensino privado, o que certamente também estará associado à menor oferta no ensino público dos cursos designados de forma genérica como profissionais. No

entanto, não obstante a diversidade de percursos educativos, a maioria dos alunos continua a escolher os cursos científico-humanísticos.

Relativamente aos docentes, verificou-se um aumento no número de profissionais: de 141 274, em 2014, passou para 149 816, em 2023. Aumentou também a percentagem de docentes com mestrado e/ou doutoramento e dos docentes contratados, que correspondiam, em 2023, a 21,25 % do total. Porém, o facto que mais impacto exerce no presente e no funcionamento futuro das escolas relaciona-se com a idade dos professores no ativo: em 2014, havia 26 749 com 55 anos ou mais de idade; já, no ano letivo 2022-2023, havia 56 689 docentes, o que corresponde a 38 % do total de docentes. **Com menos de 30 anos, havia 3 758 docentes (menos de 3%).**

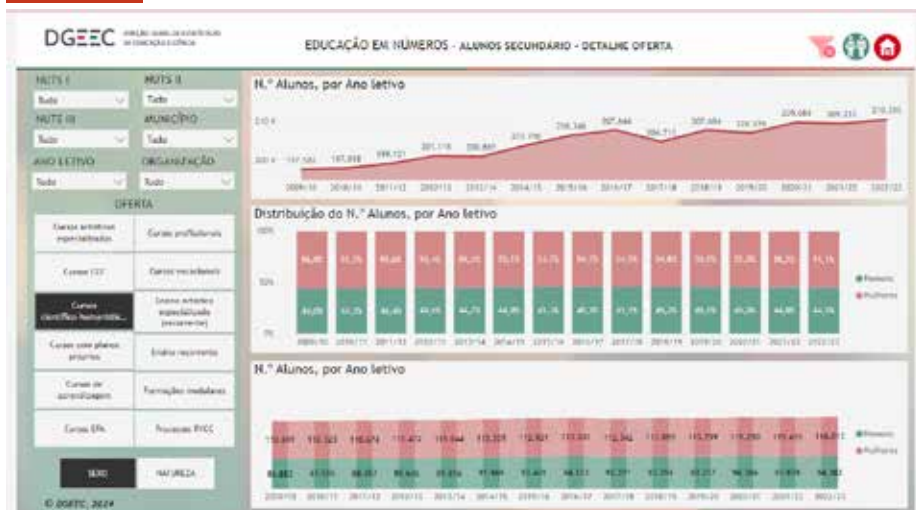
No que respeita aos trabalhadores não docentes das escolas, verificou-se uma descida muito acen-

tuada entre os anos 2014-2015 e 2019-2020: de 85 669 trabalhadores, passou-se para 80 216, isto é, menos 5 453. Após 2020, embora não tenha atingido os mesmos valores de 2014, registou-se uma subida bastante significativa, o que poderá estar relacionado com as medidas tomadas no contexto da pandemia da covid-19: eram, em 2022-2023, 84 882, número claramente insuficiente considerando a multiplicidade de funções, o número e distância entre os estabelecimentos escolares, o alargado horário de funcionamento dos mesmos e a multiplicidade de necessidades da população escolar.

Relativamente às habilitações académicas, 73 033 (86%) dos trabalhadores não docentes frequentou o ensino não superior e 11 849 possui o bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento.

**«em 2014, havia
26 749 com 55 anos
ou mais de idade;
já, no ano letivo
2022-2023,
havia 56 689
docentes»**

GRÁFICO 3



Quanto ao vínculo laboral no ensino público, 52 022 trabalhadores (87,5%) pertencem aos quadros.

Se o corpo docente se encontra envelhecido, o mesmo se pode afirmar dos trabalhadores não docentes das escolas. Com efeito, em 2022-2023, 32 476 (38%) tinham 55 ou mais anos de idade, com a mesma percentagem que os docentes. Com menos de 30 anos, havia 4148 (menos de 5%) não docentes. ●

Artigo completo

<https://www.spgl.pt/caracterizacao-das-escolas>

Caixa Geral de Aposentações

Defesa de um direito



No passado dia 19 de setembro, a FENPROF foi à Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Inclusão para discutir a manutenção da inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA) de milhares de trabalhadores, a maioria professores, exigindo que seja reposta a legalidade e que não seja permitida a expulsão desses trabalhadores de um sistema a que têm direito desde o início do seu vínculo à Função Pública.

No final da audição, os representantes da FENPROF assistiram, ainda, à Sessão Plenária sobre Educação, onde ouviram o ministro Fernando Alexandre invocar, por diversas vezes, o intuito deste governo em valorizar a carreira docente. Para a FENPROF, esta medida não é reveladora dessa intenção no caminho da valorização da profissão docente e da escola pública.

Também no dia seguinte, a FENPROF reuniu com a Provedoria de Justiça sobre a manutenção da inscrição na CGA. A Federação apresentou várias sentenças de tribunais, incluindo do Supremo Tribunal Administrativo que, unanimemente, foram favoráveis às pretensões dos professores.

A Provedoria de Justiça declarou que terá que aguardar o desenvolvimento do processo legislativo em curso, mas que estará atenta e emitirá uma opinião com a maior brevidade possível.

A FENPROF compromete-se a não desistir e a envidar todos os esforços para evitar a expulsão de milhares de professores da CGA. ●

perguntascomresposta

PERGUNTA 1

Pode, durante a interrupção letiva, haver aulas?

As interrupções letivas destinam-se à pausa pedagógica de alunos e professores. É tempo de pausa letiva e recuperação para professores e alunos, limitando o legislador, nesse período, às atividades que devem compreender apenas tarefas relacionadas com a organização, formação e funcionamento da escola.

Melhor dizendo, o tempo afeto à designada interrupção letiva, deve-se à necessidade do professor prestar outras tarefas ou funções que permitam, em simultâneo, uma pausa e a realização das atividades avaliativas ou a dedicação desse tempo à formação.

De acordo com Artigo 91.º do ECD, Interrupção da atividade, consta:

1 - Durante os períodos de interrupção da atividade letiva, a distribuição do serviço docente para cumprimento das necessárias tarefas de natureza pedagógica ou organizacional, designada-

mente as de avaliação e planeamento, consta de um plano elaborado pelo órgão de direção executiva do estabelecimento de educação ou de ensino, do qual deve ser dado prévio conhecimento aos docentes.

2 - Na elaboração do plano referido no número anterior deve ser tido em conta que os períodos de interrupção da atividade letiva podem ainda ser utilizados pelos docentes para a frequência de ações de formação e para a componente não letiva de trabalho individual.

Ora, nesta perspetiva, as tarefas a realizar no período de interrupção letiva devem estar previamente planeadas e organizadas, de forma a existir equidade entre os deveres a cumprir e os direitos dos docentes neste período do ano escolar, sem qualquer viabilidade de atribuição de tempos para atividades com alunos. Como se observa, estão em causa os direitos dos alunos e dos professores, no que se refere estritamente ao cumprimento das regras relativas às interrupções letivas. ●

Elisabete Zagalo | Dirigente SPGL

legislação



Portaria n.º 170/2024/1 de 20 de junho

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações anuais.

Despacho n.º 9971-A/2024 de 27 de agosto

Finanças - Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais
Aprova as novas tabelas de retenção na fonte do IRS

Portaria n.º 188-G/2024/1 de 16 de agosto

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 814/2005, de 13 de setembro, que regula o regime de acumulação de funções e atividades públicas e privadas dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

Despacho n.º 10878-A/2024

Fixa o contingente anual dos docentes aposentados ou reformados a contratar para a satisfação de necessidades temporárias de pessoal docente, nos termos do Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto.

Despacho n.º 10971-B/2024

Procede à identificação dos grupos de recrutamento deficitários e das escolas carenciadas, para o ano letivo de 2024-2025, nos termos do Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto.

Boletim do Trabalho e Emprego n.º 31 de 22 agosto 2024

Contrato coletivo entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e a Federação Nacional dos Professores - FENPROF - Alteração salarial e outras.

A componente não letiva está cada vez mais letiva



Lídia das Neves Boto | Advogada

Na continuação de uma leitura mais atenta dos artigos do Estatuto da Carreira Docente, reflito hoje sobre o artigo 82.º que regula a componente não letiva de estabelecimento e individual. **Uma das razões para a existência da componente não letiva é a valorização da qualidade do ensino através da preparação adequada das aulas, do aperfeiçoamento pelos docentes das suas práticas pedagógicas, através da formação contínua, apoio aos alunos, supervisão, reuniões pedagógicas, coordenação de atividades, preparação e articulação com a comunidade educativa, da correção de trabalhos e da avaliação, essenciais para promover o sucesso escolar.** A componente não letiva permite aos professores realizar estas tarefas com tempo e a atenção necessária à promoção do sucesso dos alunos e à sua própria valorização profissional. As atividades compreendidas na componente não letiva têm sucintamente em comum a inexistência da natureza letiva, isto é, a intervenção em sala de aula ou curricular. Nesta perspetiva, todas as atividades desenvolvidas pelo docente devem estar limitadas à consideração da gestão global do funcionamento da Escola.

Com efeito, estas atividades devem ter um denominador comum: qualquer interação com alunos cinge-se a uma ajuda pedagógica, individualizada e não sistemática. Não pode estar subjacente a esse apoio a preparação ou um outro exercício letivo, pois o docente está no tempo destinado ao não letivo. O tempo letivo é curricular, planeado,

delineado e projetado para as turmas ou grupos.

Verifica-se, atualmente cada vez mais uma regulação exaustiva e ocupação do tempo não letivo do docente. Mas nem sempre foi assim. Em 1947, o serviço docente foi fixado em 22h letivas, sem qualquer regulação do tempo não letivo, o que perante a publicação do DL n.º 51/2024, que permite que os horários letivos em escolas ditas carenciadas possam ter um horário de 28 horas letivas extensível até às 32h, nos parece impossível de justificar e, sobretudo, de aceitar.

Esta norma aplica-se inclusive aos docentes com a redução da componente letiva prevista no artigo 79.º do ECD. É de aceitação obrigatória o serviço docente extraordinário até 6h ou, em caso imprescindível, até 10h. Nesta situação, o docente se concordar com o aumento da carga letiva deverá fazê-lo expressamente. O que na verdade representa um retrocesso no ensino, segundo a OIT que já em 1981 considerou “a profissão docente como uma profissão de risco físico e mental”. Melhor dizendo, **cada um deve ser exigente na verificação do horário distribuído e não permitir que a sua componente não letiva se torne letiva, enfatizando a importância de serem valorizadas as suas competências e as condições para o aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas.** O professor necessita de tempo para preparar a aprendizagem efetiva dos alunos. Encontra-se disponível no site do SPGL toda a informação necessária sobre a organização dos horários. ●



placard sindical

SPGL | SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA | membro da FENPROF

«Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E enfim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.»

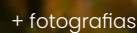
Luís Vaz de Camões
[V Centenário do Nascimento]



5 out 2024

Dia Mundial do Professor

O futuro da Profissão e da Escola



Pública está nas nossas mãos

Apoios a Deslocados!



A criação de apoios pecuniários, e não só, a docentes deslocados da área de residência é uma antiga reivindicação do SPGL/FENPROF. Tais apoios já estiveram previstos no ECD, mas nunca foram regulamentados, até que foram eliminados.

Alegadamente, em nome do combate à falta de professores, o governo decidiu criar um apoio insuficiente a docentes de 234 AE/EnA que se encontram deslocados do domicílio, pelo menos, 70 quilómetros, deixando de fora os docentes, na mesma situação, de 574 AE/EnA. Esta exclusão é discriminatória e injusta.

O SPGL/FENPROF não defendem que, não sendo para todos, não seja para ninguém, antes consideram que se é para alguns, terá de ser para todos. Foi esta a exigência que apresentaram ao ministro Fernando Alexandre, antes da aprovação da legislação, reafirmando-a, ainda mais convictamente, após a realização de diversos plenários distritais em que participaram muitos docentes colocados a centenas de quilómetros de casa e que foram excluídos deste apoio. Também os que serão abrangidos lamentam o baixo valor, face à despesa que fazem, quer em deslocação, quer em habitação.

Face à situação criada, a FENPROF:

- 1) Exige, de imediato, a aplicação dos apoios já aprovados a todos os docentes, com produção de efeitos a setembro;
- 2) Apresentará propostas concretas para, no âmbito da revisão do ECD, passarem a estar previstos apoios efetivos, pecuniários e outros, para docentes que se desloquem da área de residência;
- 3) Promoveu um plenário online, em 10 de outubro, sobre apoios à deslocação de docentes;
- 4) Convocou um protesto de professores e educadores para 17 de outubro, em Lisboa (junto ao ministério), pelas 11 horas, para exigir a não discriminação e a atribuição de apoios efetivos à deslocação. ●



Escola Secundária Vergílio Ferreira, Lisboa

Quinzena de Plenários

Com os Professores e a Educação na Agenda

A par de inúmeras reuniões sindicais que têm tido lugar nas escolas nas últimas semanas, no início do ano letivo, entre 23 de setembro e 3 de outubro, sob o lema "Com os Professores e a Educação na agenda!", os sindicatos da FENPROF realizaram grandes plenários em todos os distritos do continente, à razão de dois plenários por dia. Também na área de influência do SPGL tiveram lugar 3 grandes plenários (Lisboa, Santarém e Setúbal).

Num momento em que inúmeros docentes estão confrontados com um processo de recuperação do tempo de serviço cheio de problemas e complicações e um arranque do ano letivo em que é pedido aos professores e educadores no ativo o impossível, foram inúmeras as razões para a participação nestes plenários. Acresce o facto de que as medidas aprovadas pelo governo, para fazer face à falta de professores, não resolvem o problema, antes têm complicado o funcionamento das escolas e agrupamentos.

Em todos os Plenários realizados foi aprovada uma Moção. Entre outros aspectos, professores e educadores reafirmaram que estarão atentos ao novo Orçamento do Estado, e que estarão dispostos a lutar, dando força aos Sindicatos nos processos negociais que se aproximam ou se o governo, unilateralmente, tomar medidas que desvalorizem a profissão ou atentem contra a Escola Pública.

O primeiro sinal foi dado no dia 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, com a a concentração e o desfile convocados para Lisboa (Rossio em direção ao Largo Camões), transformando este dia numa grande ação de luta em defesa da profissão e da Escola Pública. ●



Escola Básica Luísa Todi, Setúbal



LISBOA

O Plenário Regional de Lisboa teve lugar na manhã de 30 de setembro na E. S. Vergílio Ferreira. Integraram a mesa José Feliciano Costa, Presidente do SPGL, e os coordenadores da Direção Regional de Lisboa, Carlos Leal e Catarina Teixeira.●



SANTARÉM

O Plenário Regional de Santarém teve lugar no dia 1 de julho na E. S. Sá da Bandeira, contando com a participação de José F. Costa e dos coordenadores da Direção Regional de Santarém, Maria do Céu Silva e Mário Pereira.●



SETÚBAL



Nos 50 anos do SPGL e da sua Assembleia Constituinte (2 de maio de 1974), a história repetiu-se com um plenário de professores a ser transferido por falta de espaço. Perante a elevada participação de professores e educadores (mais de 350), o Plenário Regional de Setúbal, que teve lugar na manhã de 2 de outubro na E.B. Luísa Todi, teve de ser transferido de uma primeira localização interior para um auditório exterior. Integraram a mesa o Presidente do SPGL, bem como os coordenadores da Direção Regional de Setúbal, Ana Cristina Martins e Mário Roque.●

Ministério obriga professores a pagar acesso à Internet em contexto de trabalho



As escolas estão a informar os professores de que, por indicação da DGEstE/MECI, os docentes passarão a ter de pagar o cartão SIM para o hotspot fornecido pelas escolas para o exercício de atividade. Estes cartões só serão disponibilizados para alunos dos 1.º, 2.º e 3.º escalões do abono familiar, bem como alunos de anos com provas finais ou exames.

É absurdo e incompreensível que os docentes, mas também milhares de alunos tenham de pagar esse instrumento de trabalho, apesar de, em muitas escolas, serem usados manuais digitais e terem lugar outras tarefas online, desde logo, reuniões, no caso dos professores. Será este o caminho da digitalização na Educação, com profissionais e alunos a pagarem para trabalhar e estudar?

Segundo a informação dada em algumas escolas aos docentes, há cartões SIM ativos que deixarão de estar, pedindo-se aos diretores de turma que informem os alunos e as respetivas famílias.

É uma vergonha que se chegue a este ponto.

O SPGL/FENPROF denunciam a situação e exigem que a decisão seja revertida.●

Ensino Particular e Cooperativo, Ensino Artístico e Especializado e Ensino Profissional

Novo Contrato Coletivo de Trabalho



Pedro Nunes | Dirigente SPGL

Foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 31, de 22 de agosto de 2024, o novo Contrato Coletivo de Trabalho entre a Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e a FENPROF. A presente convenção entrou em vigor a 1 de setembro de 2024, e terá a vigência de um ano. Conforme já tínhamos noticiado em julho passado, do acordo alcançado, há a destacar o seguinte:

- recuperação de 2 anos de tempo de serviço, respeitante ao período de caducidade do CCT. Tal deverá ser contabilizado para efeitos de reposicionamento na carreira a partir de 1 de setembro de 2024;
- atualização de todas as tabelas salariais em setembro de 2024, com destaque para a tabela A, que terá um aumento médio global de 4,2%, sendo maior no nível de ingresso (A8), que passa de 1250,00€ para 1375,00€, correspondendo a uma valorização de 10%;
- alteração do conceito de um dia de falta para os docentes dos 2.º e 3.º ci-

clos e ensino secundário, sendo considerada, para esse efeito, a ausência ao serviço a um número de horas igual ao resultado da divisão por cinco do número de horas de serviço docente registado no horário semanal.

A Fenprof assume o compromisso de, em futuras negociações com a CNEF, continuar a apresentar propostas no sentido de melhorar o CCT, visando, nomeadamente:

- a recuperação do restante tempo de serviço dos docentes, relativo ao período de caducidade da Convenção Coletiva;
 - um justo reposicionamento na carreira para os professores do ensino profissional;
 - a alteração da organização do horário letivo dos docentes do ensino artístico especializado e consequente diminuição do número de tempos letivos;
 - a valorização das tabelas salariais, com o objetivo da sua cada vez maior convergência com as do ensino público.
- Para mais esclarecimentos, contacte-nos.●



6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

Branca Gaspar e João Pereira
Dirigentes SPGL

A Federação Nacional de Professores (FENPROF), com o apoio/parceria da Câmara Municipal de Lisboa, da Associação de Atletismo de Lisboa e da Direção-Geral da Educação, organiza e dinamiza a Corrida Nacional do Professor e da Educação, no dia 26 de outubro de 2024, junto ao Centro Cultural de Belém, Lisboa. Este é um evento desportivo que acontece desde 2019 e este ano celebra a sua 6.ª edição.

Sem descurar a sua génese e propósitos mais centralizados numa atividade de ação sindical, a FENPROF e os sindicatos afetos à federação procuram ter iniciativas e intervenção em outros domínios relevantes na sociedade sendo exemplo disso inúmeras iniciativas no campo da cultura e do desporto/lazer. Com este evento, a Federação pretende, por um lado, sensibilizar para os benefícios da prática regular do desporto e atividade física para todos, valorizando o papel dos professores e educadores na promoção da formação integral dos indivíduos; e por outro, exigir a valorização da

Escola Pública e o reforço orçamental para um investimento muito necessário numa escola que se pretende com qualidade, democrática e inclusiva, numa altura em que o Orçamento de Estado começa a ficar definido.

A 6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação contará com provas para todas as idades, uma prova principal de dez quilómetros; uma caminhada de cinco quilómetros; corridas e muita animação para os mais jovens, desde música, pinturas faciais a jogos tradicionais; e será um grande momento desportivo e de convívio entre todos os participantes. Este é um evento aberto a toda a sociedade, e tem tido a participação de inúmeros atletas de clubes federados, de grupos informais de corrida e de atletas de mobilidade reduzida que se deslocam em cadeira de rodas.

O SPGL/FENPROF convidam todas e todos a participarem, a correr ou a caminhar, em mais uma manifestação pública da força dos professores e dos educadores.

Junta a luta ao bem-estar e ao convívio.●



Mais informações e inscrições



Ação de sensibilização em Migrações e Refugiados

E se fosse eu? Educação multicultural é reconhecer e valorizar a diversidade

Um mergulho nas “questões que afetam migrantes e refugiados em todo o mundo e os desafios do acolhimento num novo país”. Este o desafio que reuniu, dia 18 de julho, docentes e investigadores, numa ação de formação online promovida pela FENPROF e dinamizada pelo CPR – Conselho Português para os Refugiados.

Lígia Calapez, Sofia Vilarigues | Reportagem

Ao longo de 3 horas, foram diversos os temas abordados, desde as tendências globais e nacionais à desconstrução de mitos, a turma multicultural, a divulgação e partilha de recursos. Aqui nos centramos em alguns momentos da iniciativa, particularmente relevantes para os professores. No

quadro de “A turma multicultural”, a sua dimensão mais teórica de par de sugestões muito práticas. E, ainda, a diversidade linguística e principais especificidades, as metodologias propostas para o aprendizado da língua (e da cultura) portuguesa. A divulgação e partilha de recursos do CPR, é outro item realçado.

Na sua intervenção de abertura, José Costa, presidente do SPGL, reiterou

o empenho da FENPROF “no combate aos discursos de ódio, ao racismo, à xenofobia e a todo o tipo de intolerância”. O que inclui iniciativas como esta: “ações de apoio aos professores e educadores, com o claro objetivo de integração, de imigrantes e refugiados, nas nossas escolas, que hoje já representam uma significativa parcela da comunidade escolar”.

A turma multicultural

A “educação multicultural é reconhecer e valorizar a diversidade que existe entre nós”, introduziu Filipa Silva, educadora do CPR. Aí é importante incluir e representar as culturas “dentro da sala de aula, dentro da escola e, acima de tudo, promover que haja uma equidade”. Também é essencial o desenvolvimento de competências, sendo que “é importante focarmos muito nas habilidades de comunicação intercultural, empatia e respeito pelas diferentes culturas. E um dos elementos que para mim é dos mais importantes é o envolvimento da comunidade”.

“Agora, como é que fazemos isso?”, questionou Filipa Silva.

Através da integração da diversidade cultural no currículo, da celebração de festividades culturais, de materiais didáticos representativos, de projetos de idiomas e de expressões e de rotinas diárias. Com a participação da comunidade e das famílias.

Como “a inclusão de histórias de diferentes culturas, a música e a dança, trazermos músicas, danças diferentes, aproveitarmos aquilo que estas culturas nos trazem. A comida, então, é uma coisa fantástica. A comida reúne-nos a todos, não é?”

Fazer a celebração das festividades culturais, “as decorações, podermos usar panos coloridos, há famílias que conseguem trazer as suas ideias, as suas identidades, e é importante as crianças dentro da sala conseguirem visualizar essas identidades”.

Os bonecos “serem de diferentes cores, porque a cor da pele é a cor da pele de cada um de nós, e, portanto, há desde

o tom mais claro ao tom mais escuro, mas somos todos iguais”.

E, um exemplo importante, “participamos num projeto internacional que se chama Say Hello to the World. É um projeto muito enriquecedor, em que aprendemos muito sobre os países que não são o nosso, e as crianças também fazem a mesma coisa”.

Alexandre Carvalho e Ana Catarina Santos falaram dos recursos.

Ambos convidaram a visitar o “site do CPR, e explorarem os diversos separadores. No separador das Publicações e Estatísticas estão lá os materiais que realmente nos interessam e que nos podem apoiar”.

No site do CPR pode-se ainda ler os “Mitos sobre os Refugiados”.

Existem ainda outros recursos, “nomeadamente do IRC, International Rescue Committee, ou da Agência das Nações Unidas para os Refugiados, a ACNUR, que também poderão ser úteis”. E da Gulbenkian e da AIMA.

[cf. ligações partilhadas no final do presente artigo].

Como incluir?

Como incluir? É a questão de fundo que se coloca quando está em causa o aprendizado da língua portuguesa por uma heterogeneidade de pessoas, de múltiplas nacionalidades, as mais diversas línguas e alfabetos, competências, idades, percursos formativos. Marcados por realidades de grande instabilidade e trauma.

Isabel Galvão, com a sua longa experiência de trabalho no CPR (desde 1997), coloca como primeiro passo, essencial, “pensar e refletir”, reconhecer a diversidade “procurando conhecer mais sobre as outras culturas”, não fazer juízos apressados, “respeitar a identidade dos alunos” e ter consciência “de que foram vítimas de violência e traumas”. Ter também consciência de que muitas pessoas “não conhecem o nosso alfabeto, ou se viram privadas de um direito humano fundamental”, mas “cada uma dessas pessoas é possuidora de conhecimentos e saberes”.

Ter presente “que se encontram num país desconhecido e, portanto, têm muitas barreiras a vencer”. Barreiras sociais, culturais. E muitos códigos a decifrar.

É a partir desta complexa realidade – e de uma pergunta fulcral: “e se fosse eu?” – que se foi desenvolvendo um conjunto de práticas pedagógicas que inclui: a criação e adequação de materiais didáticos, o desenvolvimento de metodologias de alfabetização, a inclusão de uma componente sociocultural, a dinamização de práticas artísticas. Materiais e práticas – Cadernos de alfabetização, de metodologia e estratégias e de atividades socio culturais – divulgado no site do CPR.

Na apresentação destas práticas pedagógicas, Isabel Galvão, valorizou, nomeadamente, a importância da ligação da imagem à palavra, o trabalhar de uma forma progressiva, partindo sempre de conhecimentos e aprendizagens anteriores. Ou, ainda, a integração de uma sistemática e forte componente sociocultural. As atividades fora da sala de aula (Um dia especial, que traga “bem estar e alegria” e cuja preparação “é quase uma viagem de descoberta”). Destaque, ainda, para as práticas artísticas: “Muitas vezes as pessoas sentem que perderam o chão, que perderam a identidade, a autonomia”. E as artes, o teatro, a pintura, a música, a dança, “podem ser uma oportunidade fantástica”.●

CPR



IRC
International Rescue
Committee



Gulbenkian



ACNUR
Agência das Nações
Unidas para os Refugiados



AIMA



Ato público em defesa do SNS

Pelo direito à saúde!

É urgente reforçar o SNS e inverter a política de destruição a que os sucessivos governos têm sujeitado o SNS, com o objetivo de favorecer o negócio da doença promovido pelos grupos económicos da saúde.

Por ocasião dos 45 anos do SNS, assinalados no dia 15 de setembro, no passado dia 13 de setembro, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública realizou um Ato Público em defesa do SNS, em frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa.

Docentes e investigadores, designadamente através da mobilização do SPGL e dos sindicatos da FENPROF, juntamente com profissionais e utentes exigiram o cumprimento da Constituição da República Portuguesa e um Serviço Nacional de Saúde públi-

co, universal e gratuito.

José F. Costa, Secretário-Geral Adjunto da FENPROF, interveio, assinalando a presença empenhada e solidária de professores, educadores e investigadores.

O SPGL esteve também presente no dia 20 de setembro na Concentração organizada pela União dos Sindicatos de Lisboa em conjunto com a plataforma Lisboa em Defesa do SNS, por ocasião do encerramento das Olimpíadas da Saúde. A concentração realizou-se no Hospital Curry Cabral.

Manifestantes reafirmaram que é preciso travar a saída de profissionais do SNS valorizando-os, é preciso travar a difícil situação que se vive no SNS. A par da Escola Pública, o SNS é uma das conquistas da Revolução de Abril. ●





Manifestação "Casa para viver"

Pelo direito à habitação!



Eduardo Jordão | Dirigente Sindical

Sábado, dia 28 de setembro de 2024, em várias cidades de norte a sul do país, milhares de pessoas saíram à rua para reivindicar o direito à habitação, consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa.

Em Lisboa, da Alameda ao Arco da Rua Augusta, os milhares que desceram a Avenida Almirante Reis entoaram palavras de ordem como: “Abril exige casa para viver”, “Paz, pão, saúde, habitação” ou “Casas para morar, não para especular”.

Também os professores e o seu sindicato de classe, o SPGL, estiveram presentes, e muitas são as razões da sua participação.

Não podemos esquecer que, para além de todos os colegas que, naturalmente, têm de pagar prestação da casa ou ren-

da, muitos professores estão deslocados. Vítimas da precariedade que afeta esta profissão, muitos encontram-se na situação de ter de pagar por uma segunda habitação.

Isto acontece num contexto em que os seus salários têm vindo, de ano para ano, a ser corroídos pela inflação, enquanto as rendas e os juros do crédito à habitação têm aumentado - ao mesmo tempo em que a banca lucra milhões de euros por dia. Aumento esse que tem uma maior expressão precisamente nas zonas onde há mais falta de professores.

Perante este panorama, o Governo aprovou um apoio à deslocação que, para além dos valores insuficientes, deixará de fora muitos colegas.

A luta pela habitação é também uma luta por melhores condições de vida e de trabalho! ●



Sara Covas | Dirigente Sindical

Rui Antunes tem 25 anos e é professor de Filosofia na Escola Sebastião e Silva em Oeiras, defendeu a sua profissionalização com a tese “O problema do raciocínio indutivo no ensino secundário” em 2023 e encontra-se a frequentar o doutoramento na disciplina que leciona na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

a voz a quem entra

Sara Covas - Defendeste a tua tese de mestrado e estás agora fazer o doutoramento enquanto lecionas. Pergunto-te qual é a tua opinião sobre a integração de doutorados e investigadores nas escolas.

Rui Antunes - O meu olhar sobre esse assunto tem duas grandes dimensões: A primeira, integrar quadros com uma qualificação científica muito elevada na escola é positivo, contudo é necessário garantir dois aspetos fundamentais: a) que os doutorandos e investigadores possam fazer a formação pedagógica o mais rapidamente possível; b) que não sejam reposicionados na carreira à frente de quem já tem essa mesma formação pedagógica, ainda que o grau de habilitação possa ser menor.

Segundo, parece-me que esta solução é engenhosa, num sentido negativo. Se por um lado pode ajudar a colmatar alguma falta de professores, por outro lado adia ou afasta totalmente um direito que é devido aos doutorados e investigadores há muito tempo: a criação de uma carreira séria e o fim da sua precariedade laboral.

Neste sentido, as minhas reservas não se prendem com os doutorados ou os investigadores que possam eventualmente ingressar nas escolas, mas sim com os potenciais objetivos desta ideia. Em relação à primeira dimensão, mais

propriamente à alínea a), parece-me fundamental que os doutorandos ou investigadores façam o mais rapidamente possível formação pedagógica. Do ponto de vista científico, são incontestáveis, contudo, os alunos que irão ter são bastante diferentes daqueles aos quais possam estar habituados a ter no ensino superior. É necessário um reajuste significativo à lecionação. No que concerne à alínea b), parece-me da mais elementar justiça que alguém que escolheu dedicar a sua carreira profissional ao ensino, completando todos os graus que lhe foram exigidos, não veja agora o seu esforço ser desvalorizado, tendo colegas que optaram inicialmente, por outra via, a serem colocados à sua frente através de condições especiais de acesso à carreira.

Por fim, e talvez o ponto mais relevante, é necessário criar, urgentemente, uma carreira séria para os investigadores. A investigação científica seja em que área for é um motor de qualquer país, é preciso apostar em carreiras sérias onde os nossos investigadores e doutorandos se podem dedicar exclusivamente, caso essa seja a sua vontade, à investigação. A possibilidade de darem aulas deve ser uma opção tomada por vontade de lecionar, de participar ativamente para a construção de uma escola pública melhor, e não da fuga de uma carreira precária. ●

**25
OUT.**

LISBOA

**MQ. POMBAL »
ASS. REPÚBLICA**

15H00

MANIF.

NACIONAL

**TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
CENTRAL . REGIONAL . LOCAL

PRC 2025 e Manifestação da Administração Pública



Augusto Figueiredo | Dirigente do SPGL

No passado dia 27 de setembro, em Lisboa, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública apresentou a sua Proposta Reivindicativa Comum para 2025 (PRC 2025), num contexto em que se agravam de forma muito significativa as condições de vida e de trabalho no país, ao mesmo tempo que se assiste a uma degradação dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado, como é o caso da Escola Pública. A situação

exige uma resposta imediata!

Em Portugal, os trabalhadores da Administração Pública (AP) ganham, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres em outros países da UE e desde 2009 perderam, também em média, o equivalente a três salários. As dificuldades económicas da esmagadora maioria dos trabalhadores e da população continuam a agravar-se, particularmente nos dois últimos anos, face ao brutal aumento do custo de vida, em especial nos bens alimentares (23,6% entre janeiro de 2023 e junho de 2024), na energia e na habitação

AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Despesas	Aumento
Bens essenciais (de janeiro de 2022 a junho de 2024)	23,6%
Crédito à habitação (dezembro de 2021 a junho de 2024)	52,5 %

REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA (EU/PT)

Ano	União Europeia	Portugal	Diferença salarial PT/UE
2014	2 519 €	1 529 €	39,3 %
2022	3 024 €	1 642 €	45,7 %

(habitação com 9% de aumento acumulado entre 2023 e 2024).

O programa e as medidas já implementadas pelo governo PSD/CDS (AD) não dão respostas aos problemas, nem às reivindicações dos trabalhadores da AP, optando, antes, pela contenção ou decréscimo (na maioria dos casos) do valor real dos salários, tornando a vida dos trabalhadores muito difícil ou mesmo insustentável, com salários insuficientes para as despesas básicas.

A Frente Comum defende um rumo diferente para o País, reafirmando, neste contexto, a urgência de respostas aos problemas dos trabalhadores, aposentados e pensionistas da AP, de forma a garantir-lhes melhores condições de vida e de trabalho e, com esta base, o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

É esse caminho que norteou a construção da Proposta Reivindicativa Comum para 2025, na expectativa de que, ao contrário do que vem sucedendo nos últimos largos anos, sejam tomadas em devida conta num processo sério de verdadeira negociação coletiva, mas reiterando, ao mesmo tempo, a total disponibilidade dos trabalhadores da AP para desenvolver a luta necessária para a sua concretização.

As prioridades reivindicativas para 2025 desenvolvem-se em 6 eixos:

1. Dignificar o estatuto socioprofissional dos trabalhadores da administração pública
2. 35 horas para todos!
3. Defender o emprego público e acabar com os vínculos precários
4. Defender o direito a uma aposentação/reforma digna para todos
5. Respeitar os direitos sociais e laborais individuais e coletivos
6. Por uma administração pública ao serviço das populações e do país

Entretanto, face aos últimos desenvolvimentos, designadamente a apresentação da proposta do Orçamento do Estado, e a um caminho do Governo PSD-CDS que pretende agravar a vida dos trabalhadores e pensionistas, está convocada para o próximo dia 25 de outubro, a partir das 15 horas, uma importante Manifestação Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública (central, regional e local), sob lema «Parar o Empobrecimento. Aumentar salários e pensões, valorizar carreiras, reforçar os serviços públicos». Exige-se uma negociação efectiva da «Proposta Reivindicativa Comum para 2025» para reverter este caminho e garantir o reforço dos direitos e das legítimas expectativas de melhores condições de vida e laborais dos trabalhadores da Administração Pública! ●



Palestina Livre! Paz no Médio Oriente

«É hora de uma paz justa baseada na Carta da ONU, no direito internacional e nas resoluções da ONU. Enquanto isso, Gaza é um pesadelo ininterrupto que ameaça levar toda a região com ele. Basta olhar para o Líbano. Todos nós deveríamos ficar alarmados com a escalada. O Líbano está à beira do abismo. O povo do Líbano, o povo de Israel e o povo do mundo não podem permitir que o Líbano se torne outra Gaza.»

Excerto da recente intervenção do secretário-geral da ONU na abertura do Debate Geral da 79.ª sessão da Assembleia Geral (24/09/2024)

No âmbito da jornada nacional de solidariedade promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, pelo Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente e pelo Projecto Ruído - Associação Juvenil, no dia 12 de outubro tem lugar em Lisboa uma grande Manifestação, cujo Apelo foi subscrito pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Juntamente com os restantes manifestantes, professores, educadores e investigadores exigem uma vez mais «Palestina Livre, Paz no Médio Oriente!»! ●

RELAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO COM O Nº TOTAL DE EMPREGADOS

País	2019	Lugar no "ranking"
Suécia	29 %	1.º
Finlândia	25 %	3.º
Espanha	18 %	19.º
Portugal	14 %	22.º
Média da UE	18 %	
Noruega	Superior a 30%	

Educação para a Paz



Ana Cristina Martins | Dirigente Sindical

É a Educação para a paz que permitirá “reforçar entre todos os seres humanos o espírito de tolerância, de diálogo, de cooperação, de solidariedade”.

Num momento em que se multiplicam razões para refletirmos sobre a Paz, bem como ações em sua defe-

sa, importa que professores e educadores assumam o seu papel determinante na promoção deste desígnio.

O que tem a educação a ver com a Paz? Num sentido amplo, podemos definir Educação como a transferência de hábitos, costumes e valores de uma sociedade, de uma geração a outra. A Educação é um processo formativo e educar é conduzir esse processo, formal ou informalmente.

Quanto ao conceito de Paz, talvez ele seja de mais difícil definição, porém, concordaremos que se pode traduzir numa ideia de ausência de conflito, de violência, na existência de tranquilidade, harmonia, justiça... O desafio de educar para a Paz, é precisamente o de permitir entender que não só a ausência de guerras ou a não-violência são pressupostos de existência de Paz.

A constituição da Unesco diz-nos que “como as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que se devem construir as defesas da paz”. Como levar a bom porto esta premissa, num mundo em que a cultura da violência nos chega em catadupa e por todos os meios, em imagens reais, à distância de um clique num dispositivo eletrônico?

Uma Educação que promova valores humanos e sociais, que priorize o diá-

logo, a construção da justiça, a valorização da ética, a participação, a aquisição de competências que permitam o desenvolvimento de estratégias de não-violência na resolução de conflitos, é uma Educação para a paz, mas talvez não seja o suficiente.

A paz é um Direito Humano, conforme afirma a Declaração do Direito à Paz, aprovada em 2016 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Enquanto Direito Humano, “requer um processo participativo positivo e dinâmico, em que o diálogo é encorajado e os conflitos são resolvidos num espírito de compreensão recíproca e de cooperação”.

É a Educação para a paz que permitirá “reforçar entre todos os seres humanos o espírito de tolerância, de diálogo, de cooperação, de solidariedade”.

À Escola caberá, em primeiro lugar, educar sobre a Paz, refletindo e analisando, contextualizando, quais as condições para a existência de uma Paz sustentável e desejável, bem como identificar criticamente o significado de violência, em todas as suas formas e manifestações.

Só depois desta tarefa prévia, a estratégia de educar para a Paz, desenvolverá disposições, competências e atitudes que originem o envolvimento em ações que conduzam a uma realidade progressivamente mais justa, equilibrada e pacífica. Este desafio é da Escola, mas também de toda a sociedade.

Que o consigamos vencer com sucesso, a bem do futuro! ●

Mantém-te sócio, contamos contigo!



Neste início de um novo ano letivo vimos saudar todos os colegas aposentados desejando a todos boa saúde e um futuro com muitas felicidades. Esperamos que continuem connosco e participem de pleno direito na vida do SPGL, nas atividades e iniciativas do Departamento de Professores e Educadores Aposentados, beneficiando do apoio jurídico, do acesso a serviços de saúde e aos

benefícios proporcionados pelos protocolos estabelecidos com entidades e empresas. Lembramos que o nosso Departamento desenvolve ações reivindicativas em conjunto com os sindicatos da FENPROF bem como com a Inter-reformados da USL, da CGTP e da Frente Comum e organiza, com regularidade, ações de formação e ações socioculturais para os sócios aposentados e familiares.

Para mais informações sobre as nossas iniciativas pode consultar a nossa página do SPGL em <http://www.spgl.pt/dep-aposentados> ou procurar-nos no facebook: Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL. Informamos que os associados na condição de aposentados pagam uma quota de 0,4% da sua pensão mensal ilíquida (metade da percentagem dos sócios no ativo) e que este montante pode ser deduzido em 100% em sede de IRS.

O ataque aos direitos da classe docente, às nossas reformas e ao sistema de saúde e segurança social impõe que nos mantenhamos unidos na luta. Contamos com todos para defender e consolidar os direitos da classe docente no ativo e na aposentação e contribuir para um sindicato forte e interveniente. Mantém-te sócio, contamos contigo! ●

Suplemento extraordinário das pensões

Estamos a viver um momento de grave crise económica e social e o governo, reconhecendo esta situação real, resolveu atribuir no mês de outubro um suplemento extraordinário de pensão aos reformados com pensões até 1527,78€.

Decreto-Lei n.º 50-B/2024 de 23 de agosto

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei cria o suplemento extraordinário de pensão, prestação de concessão

única, doravante designado por suplemento.

Artigo 3.º

Suplemento

1 - O valor do suplemento é determinado em função do montante mensal global das pensões recebidas pelo pensionista, nos seguintes termos:

- a) € 200 para pensionistas com pensões de montante igual ou inferior a € 509,26;
- b) € 150 para pensionistas com pensões de montante superior a € 509,26 e igual ou inferior a € 1018,52;
- c) € 100 para pensionistas com pensões de montante superior a € 1018,52 e igual ou inferior a € 1527,78.

Estes suplementos, de 100, 150 e 200€ de concessão única, não respondem de modo nenhum ao grave problema da desvalorização e da consecutiva perda de poder de compra dos reformados e pensionistas.

Não chega atribuir um suplemento extraordinário num mês, é necessária a valorização real das reformas e pensões para todos os reformados e pensionistas.

É pois necessário continuar a luta de modo a conseguir um aumento significativo das reformas e pensões, de forma a recuperar e melhorar o seu poder de compra. ●



10.º Encontro de Inter-Reformados de Lisboa

Auditório do SITAVA, Olivais, 27/09/2024

“50 anos de Abril, 50 anos de luta, esperança e confiança no futuro”

Na presença de 75 delegados dos sindicatos membros e alguns convidados, a sessão iniciou-se com a passagem de um filme sobre o 25 de Abril e o movimento sindical. O nosso Departamento (DA/SPGL) esteve representado por 6 dos seus dirigentes. Eugénio Bernardes, coordenador da IR (Inter-Reformados) de Lisboa, fez a intervenção de abertura sobre a avaliação do triénio 2021-2024.

Foi apresentado um documento com dados estatísticos que justificam as reivindicações ali aprovadas, pela responsável pela sua elaboração – Sara Canavezes.

Foram feitas 16 intervenções as quais abordaram diversos temas. Bráulio Martins, coordenador do DA/SPGL referiu: “É de realçar as medidas de combate ao envelhecimento, defendidas pelo SPGL e por todos os sindicatos da CGTP, que permitam pensões de aposentação com valores que mantenham o nível socioeconómico de quem se aposenta. (...)”

Foi feita a eleição da lista candidata à direção Distrital da Inter-Reformados de Lisboa a qual foi eleita com 72 votos. Dos 31 elementos eleitos 2 são

do DA/SPGL – José Fontan e Elvira Dias.

Foram aprovados por unanimidade os seguintes documentos: Relatório de atividades 2021-2024; Regulamento da Inter-Reformados de Lisboa; Plano para a Ação e Luta Reivindicativa; Plano de Organização Sindical dos Reformados 2024/2027; Resolução – “Situação social dos Reformados e Aposentados. A importância da luta, a exigência de Resposta!” a qual foi entregue em mão após o Encontro, no Ministério do Trabalho e Segurança Social, por um elevado número de delegados; Moção de apoio à luta dos povos.

João Coelho, coordenador da União de Sindicatos de Lisboa, fez a intervenção final salientando a necessidade de defesa dos trabalhadores, dos reformados e aposentados no acesso à saúde e cuidados continuados e o combate ao isolamento.

[Artigo completo](#)



Por Almada, do Al-Andalus aos nossos dias

Para iniciar as suas atividades socioculturais deste ano, o Departamento de Professores e Educadores do SPGL escolheu a cidade de Almada e visitou, dia 24 de setembro, três dos núcleos museológicos desta cidade com um património muito rico e vasto.

[Artigo completo](#)



54.º aniversário da CGTP-IN

SPGL participou nas comemorações do 54.º aniversário da CGTP-IN que tiveram lugar no concelho do Seixal no passado dia 1 de outubro. Nessa ocasião foi também inaugurado o Espaço Memória - Centro de Arquivo, Documentação e Audiovisual da CGTP-IN, localizado na antiga fábrica da Mundet. Jorge Gonçalves, Vice-presidente do SPGL, juntamente com dirigentes e delegados sindicais, participaram e representaram o SPGL na iniciativa.●



XII Congresso da U. S. Setúbal

SPGL participou no XII Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal, realizado no passado dia 4 de outubro, no Cineteatro Municipal de Sesimbra, sob o lema «Aumentar Salários, Garantir, Conquistar Direitos e Combater a Exploração». José F. Costa (Presidente do SPGL) integrou o Secretariado e a Comissão Eleitoral do Congresso. João Pereira, Mário Roque e Patrícia Carreira, dirigentes do SPGL, integrarão a nova Direção da União dos Sindicatos de Setúbal.●



Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC



Ver galeria



Exposição de pintura de Carlos Matos

Inaugurada no Espaço ABC, no dia 26 de setembro de 2024, pelas 18.00 horas, a Exposição de pintura de Carlos Matos, nascido em Lisboa em 1961, pretende, nas palavras do próprio artista, ser uma exposição de pintura não figurativa, que parte para uma abstração de formas, planos e cores. Para Carlos Matos é através do gesto rápido sobre a tela que vão aparecendo formas que, entre si, formam uma composição abstrata nalguns casos também com a introdução de formas geométricas. Esta exposição estará patente até ao dia 12 de outubro de 2024 e aguarda a sua visita. ●



Exposição de desenho e aquarela de Dina Pereira

No Espaço ABC será inaugurada, no dia 14 de novembro, a Exposição de desenho realista e aquarela de Dina Pereira intitulada "Fiapos da Natureza". Esta exposição estará patente até ao dia 9 de janeiro de 2025. ●

Exposição comemorativa no Espaço ABC

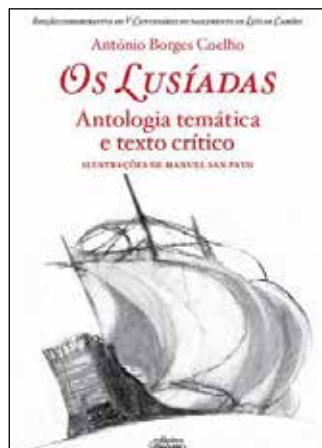


No âmbito do encerramento das comemorações dos 50 anos do SPGL, o grupo de trabalho que dinamiza o Espaço ABC propõe-se realizar uma exposição coletiva neste espaço, no período de 13 de março a 8 de maio de 2025.

Para tal, será lançado um convite/desafio, a artistas que já expuseram neste espaço e outros, para elaborarem uma obra (fotografia, pintura, ilustração, gravura) subordinada ao tema "SPGL, tantos anos como Abril". O mote serão algumas palavras de António Borges Coelho: retiradas de um fragmento de um artigo publicado na Seara Nova, número 1718, 2011. "Os tempos não são favoráveis à Esperança. [...]. Mas a Esperança vai resistir, regada pela nossa luta e o despertar das novas gerações."

Se este desafio o interessou, fique atento às informações que irão sendo publicadas nos nossos canais de informação habituais. ●

sugestão



LEITURAS

Os Lusíadas - Antologia temática e texto crítico

António Borges Coelho
Edições Avante!, 2024

“Intenta-se aqui o diálogo com o texto camoniano; desafia-se o leitor para que, sem dogmatismos nem reducionismos e sempre com os olhos presos no texto, se aventure connosco à descoberta dos mundos de sentido que podem tornar mais forte a nossa fraca humanidade.” Com estas palavras, Borges Coelho dá a tónica da profunda abordagem que faz a Os Lusíadas em “Os Lusíadas – Antologia temática e texto crítico”, livro originalmente editado em 1980 e agora reeditado pela Editorial Avante no V centenário do poeta.

Uma descoberta que exige uma adequada contextualização. Assim, como alerta o historiador Borges Coelho, “em qualquer leitura da obra camoniana, e não só, temos que procurar ter em conta (mesmo que se torne extremamente difícil esboçar os diferentes níveis): as posições ideológicas que constituem «concessão ao costume» (as palavras são de Leibniz); as que são aceites sem consciência clara; e as concepções novas, as que rompem com o estabelecido, as quais, em épocas opressivas, como a do século XVI, se disfarçam e escondem na paisagem. Sempre do velho o novo nasce.”

O livro intercala amplos extratos de O Lusíadas, com textos críticos, que “escavam” e aprofundam o(s) sentido(s) do poema. Nas suas diversas dimensões. Desde o “Desconcerto moral, ideológico, social” (“«Quem pode ser no mundo tão quieto» que não note «do mundo o desconcerto?», quando “a Fortuna favorece os maus e «reprime», «nega seu direito» aos bons”) à afirmação do Homem moderno, “que ultrapassou qualitativamente o saber antigo” e, entretanto, “lança pelo saque e a troca desigual as bases da acumulação primitiva do capital”. Ou, ainda, numa referência à Ilha dos Amores, diz o poeta: “bem se manifesta / Que são grandes as cousas e excelentes / Que o mundo encobre aos homens imprudentes”. Um convite a “afrontar o desconhecido, vencer o tal pessimismo que os comentadores ligaram à figura do Velho do Restelo”.

Uma diversa e multifacetada leitura da obra de Camões, que é um convite à sua releitura.●

Lígia Calapez



Centenário do Nascimento AMÍLCAR CABRAL

«A minha poesia sou eu
... Não, Poesia:
Não te escondas nas grutas de meu ser,
não fujas à Vida.
Quebra as grades invisíveis da minha prisão,
abre de par em par as portas do meu ser
— sai...
Sai para a luta (a vida é luta)
os homens lá fora chamam por ti,
e tu, Poesia és também um Homem.
Ama as Poesias de todo o Mundo,
— ama os Homens
Solta teus poemas para todas as raças,
para todas as coisas.
Confunde-te comigo...
Vai, Poesia:
Toma os meus braços para abraçares
o Mundo,
dá-me os teus braços para que abrace
a Vida.
A minha Poesia sou eu.»

Amílcar Cabral (12/09/1924 - 20/01/1973)
em revista “Seara Nova” (1946)



todos à
manifestação

9 nov '24

manif
nacional

**Lisboa
15h**

**Cais do Sodré
Rossio**



SPGL

Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

**Direção Regional
de Lisboa**

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional
do Oeste**

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional
de Santarém**

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322666
tomar@spgl.pt

Torres Novas

R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional
de Setúbal**

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395
Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

